

Título :

Terceirização – Revogação do Decreto nº 2.271/1997 – Decreto nº 9.507/2018 – Impactos – Vigência

## PERGUNTAS E RESPOSTAS – 1247/298/DEZ/2018

### PERGUNTA 5 – TERCEIRIZAÇÃO

**O Decreto nº 2.271/1997, que trata da contratação de serviços contínuos, foi revogado pelo Decreto nº 9.507/2018. Em linhas gerais, o que o novo decreto regula, quem está obrigado a observá-lo e quando entra em vigor?**

No dia 24.09.2018, foi publicado o Decreto nº 9.507/2018, que revoga o Decreto nº 2.271/1997 e passa a dispor novas regras sobre a execução indireta, mediante contratação, de serviços da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e sociedades de economia mista controladas pela União.

Em linhas gerais, o Decreto nº 9.507/2018 define regras para a execução indireta de serviços, mediante contratação, observadas as seguintes condições:

a) ato do Ministro de Estado do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão estabelecerá os serviços que serão preferencialmente objeto de execução indireta mediante contratação (art. 2º);

b) definição dos serviços que não poderão ser objeto de execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional (art. 3º);

c) hipóteses em que fica ressalvada a contratação da execução indireta na Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional (art. 3º, §§ 1º e 2º);

d) hipóteses em que fica vedada a contratação de execução indireta de serviços no âmbito das empresas estatais e situações em que essa vedação não incide (art. 4º);

e) fixação da vedação à contratação, por qualquer órgão ou entidade alcançado pelo regulamento, de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção que tenham relação de parentesco com os agentes indicados (art. 5º);

f) definição de regras gerais a serem observadas na elaboração do termo de referência e dos instrumentos convocatório e contratual aplicados nas contratações de execução indireta de serviços (arts. 6º e 7º);

g) indicação de disposições contratuais obrigatórias, entre as quais se destacam aquelas com o objetivo de prevenir uma futura responsabilização subsidiária trabalhista do órgão ou da entidade tomadora do serviço (art. 8º);

h) exigências específicas a serem fixadas nos contratos de prestação de serviços continuados que envolvam disponibilização de pessoal da contratada de forma prolongada ou contínua para consecução do objeto contratual (art. 9º);

i) regras para a gestão e fiscalização da execução dos contratos e definição de atores e competências para o exercício dessas funções (arts. 10 e 11);

k) diretrizes para disciplinar a repactuação de preços dos serviços continuados sob regime de mão de obra exclusiva e o reajuste em sentido estrito (por meio da adoção de índices específicos ou setoriais), nos contratos de serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra (arts. 12 e 13);

l) orientações gerais com o objetivo de instruir a aplicação da regulamentação instituída (arts. 14 a 16).

Com base nessa rápida análise, identificam-se as linhas gerais do Decreto nº 9.507/2018, sendo essa regulamentação aplicável à execução indireta, mediante contratação, de serviços no âmbito da Administração Pública federal direta, autárquica e fundacional e das empresas públicas e das sociedades de economia mista controladas pela União.

Com relação à vigência, destaca-se que, conforme previsto no art. 18 do Decreto nº 9.507/2018, “Este Decreto entra em vigor cento e vinte dias após a data de sua publicação”.

De acordo com o art. 8º, § 1º, da Lei Complementar nº 95/1998, a “contagem do prazo para entrada em vigor das leis que estabeleçam período de vacância far-se-á com a inclusão da data da publicação e do último dia do prazo, entrando em vigor no dia subsequente à sua consumação integral”. Assim, o Decreto nº 9.507/2018 entra em vigor em 22.01.2019.

**Como citar este texto:**

TERCEIRIZAÇÃO – Revogação do Decreto nº 2.271/1997 – Decreto nº 9.507/2018 – Impactos – Vigência. *Revista Zênite ILC – Informativo de Licitações e Contratos*, Curitiba: Zênite, n. 298, p. 1247, dez. 2018, seção Perguntas e Respostas.